

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96.
Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS III - JUAZEIRO
Colegiado de Engenharia Agrônoma



PAULO YAN ROSA RODRIGUES

**A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL: um estudo
sobre o sistema fundo de pasto**

JUAZEIRO

2025

PAULO YAN ROSA RODRIGUES

**A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL: um estudo
sobre o sistema fundo de pasto**

Monografia apresentada à
Universidade do Estado da Bahia,
Departamento de Tecnologia e
Ciências Sociais, UNEB/DTCS
Campus III, colegiado de Engenharia
Agrônômica como pré-requisito para a
disciplina Trabalho de Conclusão de
Curso – TCC.

Orientador: Prof. Dr. Gilton
Albuquerque.

JUAZEIRO

2025

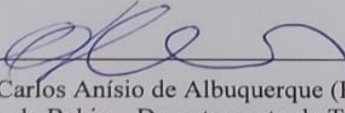
PAULO YAN ROSA RODRIGUES


**A PERMANENCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL:
um estudo sobre o sistema de fundo de Pasto**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como pré-requisito parcial à obtenção ao grau de Bacharel em Engenharia Agrônômica no curso de graduação em Engenharia Agrônômica do Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais da Universidade do Estado da Bahia.

Aprovado em 29/07/2025.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Gilton Carlos Anísio de Albuquerque (Presidente/Orientador)
Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais - III


Prof. José Humberto Félix de Souza- DTCS - Agronomia (primeiro examinador)
Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais - III


Enga Agra.. Laíres Sales Reis – (segunda examinadora)

Juazeiro BA

2025

RESUMO

Esta monografia investiga a história e os significados da agricultura familiar no Brasil, com ênfase no semiárido baiano e nas comunidades tradicionais de fundo de pasto. O trabalho mostra que o conceito de agricultura familiar envolve disputas políticas e teóricas: de um lado, há quem defenda sua modernização e integração ao mercado; de outro, há quem valorize seus vínculos com o campesinato e a resistência histórica. A pesquisa também analisa a atuação do Estado, destacando políticas como o Pronaf, importantes para a valorização do setor, mas ainda limitadas diante das desigualdades e dificuldades estruturais enfrentadas por pequenos produtores. Discute-se ainda a relação entre agricultura familiar e campesinato, mostrando que, no Brasil, essas categorias muitas vezes se confundem, especialmente quando se trata de modos de vida baseados na autonomia e resistência. O estudo dá destaque às comunidades de fundo de pasto como exemplos concretos da agricultura camponesa no semiárido. Elas se organizam de forma coletiva, com base em laços de parentesco, e representam formas tradicionais de ocupação da terra adaptadas à caatinga. Essas comunidades também simbolizam resistência frente à grilagem e ao avanço do agronegócio. Por fim, o trabalho apresenta dados sobre essas comunidades, especialmente no Sertão do São Francisco, e conclui que a agricultura familiar, em sua forma camponesa, continua sendo uma alternativa viável e relevante por preservar práticas sustentáveis, comunitárias e enraizadas no território.

Palavras chaves: Agricultura Familiar, Campesinato, Semiárido Baiano.

ABSTRACT

This monograph investigates the history and meanings of family farming in Brazil, with an emphasis on the Bahian semi-arid region and traditional fundo de pasto communities. The work shows that the concept of family farming involves political and theoretical disputes: on one side, there are those who advocate for its modernization and integration into the market; on the other side, there are those who emphasize its connections with peasantry and historical resistance. The research also analyzes the state's actions, highlighting policies such as Pronaf, which are important for enhancing the sector but still limited in the face of the inequalities and structural difficulties faced by small producers. It further discusses the relationship between family farming and peasantry, showing that in Brazil, these categories often overlap, especially when it comes to ways of life based on autonomy and resistance. The study highlights fundo de pasto communities as concrete examples of peasant agriculture in the semi-arid region.

Keywords: Family Farming, Peasantry, Bahian Semiarid.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. METODOLOGIA	6
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
3.1 A Agricultura familiar nos países de capitalismo avançado e no Brasil	7
3.2 Agricultura familiar brasileira	17
3.3 Fundo de pasto	20
3.3.1 Conceito	20
3.3.2 Como surgiu	22
3.3.3 Características	23
3.4 Dados sobre as comunidades fundo de pasto no estado da Bahia	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5, REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tornou-se central nos debates sobre o futuro do campo brasileiro. Desde os anos 1970, ela passou a ser reconhecida como alternativa viável frente à modernização excludente da agricultura, destacando-se por seu papel na produção de alimentos, geração de trabalho e preservação de modos de vida tradicionais (BAIARDI e ALENCAR, 2015).

A forma de interpretar a agricultura familiar, no entanto, depende do paradigma adotado. De um lado, a perspectiva do capitalismo agrário a vê como recente e integrada ao mercado, desvinculada das raízes camponesas (ABRAMOVAY, 1992). De outro, o paradigma da questão agrária a compreende como herdeira direta das lutas camponesas, marcada por práticas autônomas e vínculos territoriais (WANDERLEY, 1999; CASTRO, 2024).

Essas visões também influenciam o conceito de quem é o agricultor familiar. Alguns autores consideram que camponeses e agricultores familiares compartilham características essenciais, como a gestão familiar da produção. Outros destacam diferenças baseadas no grau de inserção no mercado e nas mediações do Estado (LAMARCH, 1993; WANDERLEY, 1996).

Apesar da diversidade interna, muitas experiências da agricultura familiar têm origem em práticas camponesas antigas, voltadas à subsistência e à reprodução social da família (CASTRO, 2024). Mesmo políticas como o PRONAF, criadas para apoiar esse segmento, não conseguiram alcançar os agricultores mais pobres, aprofundando desigualdades (SCHNEIDER, CAZELLA E MATTEI, 2020).

Nesse cenário, surgem as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, presentes no semiárido baiano, como expressão viva da agricultura camponesa coletiva. Sustentadas por laços de parentesco e uso comum da terra, elas resistem ao avanço do agronegócio e indicam caminhos sustentáveis e enraizados para o desenvolvimento rural (EHLE, 1997; FERREIRA *et al*, 2023).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, pois busca compreender os significados e as dinâmicas sociais que envolvem a agricultura familiar e, em especial, as comunidades tradicionais de fundo de pasto na região do semiárido baiano, com ênfase no Vale do São Francisco.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender a realidade dos sujeitos pesquisados a partir de suas vivências, valores, modos de organização social e relação com a terra, aspectos que não podem ser plenamente captados por métodos quantitativos. A metodologia também assume um viés crítico, que considera os conflitos agrários e as disputas por território como elementos estruturantes da realidade camponesa.

O trabalho se baseia, principalmente, em pesquisa bibliográfica e documental, com a análise de livros, artigos científicos, dissertações, relatórios técnicos e documentos institucionais que tratam da agricultura familiar, do campesinato, da questão agrária e das comunidades de fundo de pasto. Os principais autores que embasam a fundamentação teórica incluem Wanderley (1996; 2014), Fernandes (2005; 2023), Schneider (2003), Abramovay (1992; 1998), Castro (2024), entre outros estudiosos do tema.

Além da revisão bibliográfica, também foram utilizados dados secundários de órgãos oficiais como a SEPRONI, SDR-BA, FAO e de iniciativas como o Pró-semiárido, que trazem levantamentos recentes sobre o número de comunidades certificadas, sua distribuição territorial e os processos de regularização fundiária. Também foram analisados relatórios técnicos de instituições locais, como o IPMC e o IRPAA, com foco em municípios como Juazeiro, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, entre outros.

No tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo como técnica metodológica para interpretar os sentidos presentes nos documentos e textos analisados. Foram identificadas categorias como: resistência camponesa, uso coletivo da terra, agricultura familiar como categoria síntese, relações com o mercado e papel das políticas públicas.

O recorte espacial da pesquisa abrange prioritariamente o Vale do São Francisco baiano, com foco nas comunidades tradicionais de fundo de pasto, pela sua relevância histórica, cultural, socioeconômica e política. O recorte temporal considera principalmente o período entre 1970 e 2025, que compreende desde o início do debate mais intenso sobre a agricultura familiar até os processos atuais de reconhecimento e regularização fundiária dessas comunidades.

Por fim, esta pesquisa opta por um olhar crítico e engajado, valorizando as vozes dos sujeitos do campo e os saberes tradicionais como parte essencial na construção do conhecimento, especialmente diante dos impactos causados pelo avanço do agronegócio e das políticas neoliberais no campo brasileiro.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A Agricultura familiar nos países de capitalismo avançado e no Brasil

A entrada da agricultura no modo de produção capitalista sempre trouxe contradições, desde a época dos pensadores clássicos até hoje. Marx, apesar de não ter aprofundado muito a questão agrária em seus livros a não ser quando falou sobre a renda da terra já previa o desaparecimento de uma figura social: o camponês (BOSETTI, 2012). Com o passar do tempo, o termo foi caindo em desuso e, para os seguidores de Marx, o camponês seria alguém que acabaria se encaixando inevitavelmente em uma das duas grandes classes sociais: a burguesia ou o proletariado. E, segundo essa visão, essas duas classes estariam em conflito até criarem uma sociedade sem divisões de classe.

Lênin, seguindo as ideias de Marx, acreditava que o capitalismo era inevitável e que ele avançaria tanto na indústria quanto na agricultura. Para ele, isso seria um “mal necessário” para promover a diferenciação social e a luta de classes. Além disso, ele dizia que o aumento da intensidade da produção agrícola, com mais uso de tecnologia e redução do tamanho médio das propriedades, era um fenômeno geral, presente em todos os países considerados civilizados (GARCIA, 1987). Com essa afirmação, Lênin mostrava que os economistas da época estavam equivocados, já que defendiam a ideia de uma agricultura baseada apenas no trabalho familiar, como era comum nos Estados Unidos.

“(...) a única definição precisa do processo econômico em curso deve ser a seguinte: passagem do latifúndio escravista, (...) para pequena agricultura mercantil. Não à agricultura 'fundada no trabalho familiar', (...) mas a agricultura mercantil. A expressão 'fundada no trabalho familiar' não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro, (...) ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado (GARCIA, 1987).

Lênin, porém, se encantou com o modelo industrial britânico conhecido como: O high-farming que acabou sendo imitado por vários países da Europa e de outros continentes. Foi esse modelo que influenciou a visão dele sobre o fim dos camponeses no avanço do capitalismo (RICHARD *et al*, 2017).

Dessa forma, os economistas marxistas do século XIX, ao tratarem da questão agrária, não chegaram a criar uma teoria que valesse para todos os lugares ou épocas. Suas ideias estavam muito ligadas à realidade específica que eles viviam. E, na prática, o que eles defenderam acabou sendo contrariado por uma tendência crescente que, ao contrário, apontava para a continuidade da produção baseada no trabalho familiar. Essa forma de organização tinha, principalmente, a vantagem de reduzir os custos com a alimentação dos trabalhadores assalariados da indústria.

Isso ficou ainda mais evidente ao longo do século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o modelo de crescimento econômico baseado apenas em expandir áreas e setores, sem grandes ganhos de produtividade, foi substituído por outro modelo. Esse novo padrão apostava no rápido aumento da produtividade e provocou uma mudança profunda nos hábitos de consumo, marcada pela produção em massa.”

Foi a partir desse período, no que chamamos de capitalismo moderno, que o custo dos alimentos caiu tanto que as famílias passaram a ter mais dinheiro disponível para comprar bens duráveis, produzidos graças ao aumento da produtividade. Isso teve um papel muito importante para melhorar o poder de compra das camadas mais populares da sociedade.

Para que isso acontecesse, os modos de produção no campo também precisaram mudar. A agricultura camponesa e o modelo baseado na chamada ‘tríplice aliança, foram, pouco a pouco, ficando ultrapassados, primeiro nos Estados Unidos e depois na Europa (MULLER, 1989). No lugar deles, surgiu uma agricultura familiar mais moderna, com o uso de tecnologias e pouca contratação de trabalhadores assalariados, o que ajudou a manter o equilíbrio na produção. Esse fenômeno ficou conhecido como treadmill.

De acordo com Veiga (1991), o treadmill foi um mecanismo que possibilitou o aumento da produção agrícola, principalmente nos Estados Unidos, durante a primeira metade do século XX. O governo incentivava os agricultores a adotarem novas tecnologias, e quem conseguisse reduzir custos e produzir mais, garantindo maior lucro.

Porém, à medida que outros produtores iam copiando essa tecnologia, mais produtos chegavam ao mercado e os preços começavam a cair. Quando a maioria já estava usando o mesmo método, o lucro do agricultor que inovou primeiro diminuía muito, quase ficando restrito apenas a cobrir custos e a pagar pelo seu trabalho.

Enquanto isso, o produtor que não conseguia investir nessas tecnologias o chamado retardatário acabava não conseguindo competir no mercado. Muitos acabavam desistindo da atividade e vendendo suas terras para aqueles que tinham lucrado no início do processo. Isso gerava uma disputa pela compra de terras, fazendo com que o preço delas aumentasse.”

O resultado do processo é que para os agricultores,

"qualquer aumento de sua renda proveniente do avanço tecnológico, da expansão das exportações, de programas governamentais de assistência, ou de uma combinação de todos esses fatores, terá que se dissipar no processo, através da queda de preços ou do aumento do preço da terra (VEIGA, 1991).

No processo de modernização da agricultura nos países mais desenvolvidos, os produtores que tiveram ganhos com programas do governo para estimular a produção acabaram também enfrentando um efeito colateral: o preço das terras subiu muito. Com isso, os custos das propriedades agrícolas ficaram mais altos, empurrando muitos agricultores para uma situação de lucro praticamente zero.

Nesse contexto, as políticas públicas nesses países tiveram um papel importante ao conter o avanço da chamada agricultura patronal, ou seja, aquela feita por grandes produtores. Conforme Veiga (1991), essas políticas podem ser divididas em algumas linhas principais que definiram um padrão de intervenção do Estado: incentivo ao aumento da produção, por meio de investimentos em pesquisa, assistência técnica, infraestrutura e crédito; redução dos preços dos alimentos, mas de forma que ainda garantisse renda mínima ao agricultor; controle do ritmo do êxodo rural, para atender à demanda por trabalho nas cidades; e estímulo ao aumento do tamanho das propriedades agrícolas.

A partir dessa perspectiva, dá para entender melhor a diferença entre os termos usados para falar de agricultura: de um lado, agricultura camponesa, pequena produção ou agricultura familiar; do outro, grande produção ou agricultura patronal.

O camponês é aquele tipo de produtor que veio do sistema feudal, responsável por gerar excedentes agrícolas e que mantinha sua vida social baseada em laços comunitários, se relacionando com o mercado por meio de contatos pessoais e diretos (ABRAMOVAY, 1992; PORTO, 1988).

Segundo Jean (1994), o que distingue a agricultura camponesa da agricultura familiar no capitalismo avançado está nos seus objetivos: enquanto a agricultura camponesa busca

principalmente sustentar a família e manter a unidade produtiva funcionando, a agricultura familiar moderna é voltada para uma produção intensiva e eficiente, direcionada para o mercado. Além disso, os meios também diferem: a agricultura camponesa se apoia basicamente no trabalho familiar, aproveitando a mão-de-obra abundante dentro da própria casa, enquanto a agricultura familiar no capitalismo avançado faz uso intensivo de máquinas e mecanização no trabalho agrícola.

O termo “pequena produção”, que costumava ser usado para falar do tamanho das propriedades rurais, principalmente algumas décadas atrás, está caindo em desuso. Isso acontece porque hoje o critério de “tamanho” deixou de ser tão relevante para analisar o desenvolvimento da agricultura familiar, já que o uso de tecnologias permite aumentar bastante a produção sem precisar ampliar a área de terra utilizada.

No caso dos países centrais, o predomínio da agricultura familiar se explica, principalmente, pela intervenção do Estado nos mercados agrícolas. Isso começou na época da expansão do capitalismo industrial, quando surgiu o chamado *treadmill*, um mecanismo que, entre outras coisas, fez com que a agricultura tivesse que se contentar com rendimentos menores do que os salários urbanos, ainda que houvesse a perspectiva de ganhos patrimoniais altos. Nesse cenário, o empresário capitalista foi se desinteressando do campo e, na maioria das vezes, preferiu migrar para outros setores da economia em busca de lucros maiores, deixando a agricultura sob responsabilidade, sobretudo, dos agricultores familiares.

Essa postura do empresário só não acontecia em situações específicas, como na produção de certos itens que recebiam subsídios do governo —por exemplo, o açúcar ou em nichos de mercado mais sofisticados, como ocorre atualmente na horticultura dos Estados Unidos e da Europa.

Assim, o agricultor moderno acabou se transformando num personagem “híbrido”, acumulando três papéis ao mesmo tempo: ele é dono da terra, empresário privado e trabalhador (JEAN, 1994).

Apesar disso, mesmo nos países centrais, o processo de diferenciação de classes não chegou a se consolidar no campo, contrariando o que previam os clássicos marxistas. No Brasil, porém, essa realidade ainda não é plenamente reconhecida: o país continua sem admitir a agricultura familiar como a principal base de sustentação do seu processo de desenvolvimento.

Embora o Brasil tenha seguido um caminho diferente do da Inglaterra do início do século passado, quanto ao modelo baseado na lógica da relação tríplice: proprietário de terra, empresário capitalista e trabalhador assalariado, existe uma semelhança entre os dois países; aqui também houve tentativas de proletarizar a mão de obra, principalmente através do processo conhecido como industrialização da agricultura. Esse movimento aconteceu de forma mais intensa nas regiões Centro-Sul e em algumas áreas do Nordeste, como no Vale do São Francisco (GRAZIANO, 1996).

Desde a colonização, a concentração de terras no Brasil foi sendo consolidada com base no trabalho escravo, mantendo o grande proprietário capitalista como figura central no processo de acumulação de riqueza no campo.

A abolição da escravidão não mudou significativamente esse cenário, já que a Lei de Terras, ao transformar a terra em mercadoria, impediu a formação de pequenas propriedades. Isso acabou criando uma relação direta entre grandes propriedades e trabalhadores assalariados, o que apontava para uma tendência de proletarização no campo.

Nesse contexto, pequenas propriedades começaram a surgir, mas sempre à sombra das grandes propriedades. Elas serviam para garantir a oferta de mão de obra e, ao mesmo tempo, mantinham uma relação de subordinação em relação aos grandes proprietários.

No entanto, a relação entre pequenas e grandes propriedades não pode ser vista apenas como algo funcional ou complementar. Na prática, existem conflitos e disputas por terra, revelando contradições entre diferentes formas de capital e interesses econômicos (PORTO, 1994). Dentro desse cenário, surgiram diversas formas de acesso à terra e tipos variados de relações de trabalho, criando categorias como parceiros, arrendatários, moradores, ocupantes, entre outras, que não necessariamente tinham como objetivo garantir a propriedade da terra.

Além disso, outras relações foram se desenvolvendo e se aprofundando com o avanço da modernização da agricultura. Esse processo aproximou cada vez mais a agricultura da indústria de bens duráveis e da agroindústria, transformando a base tecnológica da produção agrícola (MARTINE, 1991). Esse movimento evoluiu até atingir um nível mais complexo, consolidado nos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs): o que reforçou a ideia de subordinação da agricultura familiar ao capital (DELGADO, 1985).

Do ponto de vista histórico, esse cenário levou, por um lado, a uma tendência de proletarização no campo, como prevê a teoria marxista. Por outro lado, manteve viva a presença da agricultura familiar, criando uma contradição estrutural no campo brasileiro.

Diferente do que aconteceu nos países desenvolvidos, o Estado brasileiro acabou, de forma compulsória, beneficiando um setor conservador através de programas de desenvolvimento. Essas políticas agrárias e agrícolas favoreceram principalmente a agricultura de grande escala, voltada para exportação como a produção de soja, cana-de-açúcar, café e, mais recentemente, ligada aos CAIs (BERGAMASCO, 1998).

Atualmente na relação do Estado com o setor agrícola percebe-se que:

"(...) o problema crescente situa-se não no nível de dicotomias entre a capacidade de pressão de grandes/pequenos, modernos/tradicionais, ou integrados/não integrados, senão entre grupos representantes dos diversos complexos agroindustriais.(..) o Estado passa a ser literalmente apropriado, não por uma classe proprietária dos meios de produção, mas por lobbies de interesses específicos,(...) a dependência da agropecuária brasileira sobre o Estado continua muito elevada - característica de certa forma comum também aos países de capitalismo avançado - mas também as formas dessa dependência refletem claramente os contornos de uma sociedade concentradora, fortemente desigual (MARTINE, 1991).

Com tudo isso, fica evidente que a modernização da agricultura no Brasil seguiu um caminho não democrático. Ainda assim, não se pode negar a presença e a importância da agricultura familiar, mesmo sem receber o apoio estatal que existe nos países desenvolvidos. Como destaca Veiga (1991), o conhecimento científico sobre a agricultura familiar brasileira ainda é bastante limitado, não só pela falta de dados estatísticos adequados, mas também pela dispersão e pela diversidade metodológica dos estudos de caso.

Nesse contexto, percebemos que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, tanto no Brasil quanto nos países centrais, compartilha alguns conceitos semelhantes, mas com significados diferentes. Retomando a discussão sobre os termos “camponês” e “campesinato”, iniciada anteriormente, vale destacar que, ao contrário do que aconteceu em países que passaram por formas não capitalistas de produção, como o feudalismo, no Brasil

principalmente nas décadas de 1950 e 1960, esses termos foram usados em um conjunto de análises que abrangiam várias dimensões, desde teóricas até político-sociais e ideológicas.

Entre sociólogos e antropólogos, o conceito de campesinato serviu para pensar o modo de produção e sua dinâmica, incluindo aspectos como dominação, articulação e coexistência de diferentes sistemas econômicos. Inspirados pela história europeia, os pesquisadores brasileiros buscaram entender as especificidades locais, destacando o caráter marginal da pequena propriedade em relação à grande. Na década de 1960, os estudos passaram a se concentrar na distinção entre características genéricas das unidades camponesas, como o trabalho familiar, e aspectos mais específicos ligados à forma como essas unidades se inserem na economia como um todo (PORTO E SIQUEIRA, 1994).

Sob uma perspectiva política e social, os termos camponês e campesinato, nessas décadas, expressaram a dualidade entre latifúndios (grandes propriedades) e minifúndios (pequenas propriedades), além dos conflitos sociais decorrentes dessa relação. “Camponês” passou a ser usado junto com outras categorias, como parceiro, arrendatário, morador, ocupante, entre outros, que representavam grupos em oposição ao latifúndio. Foi nesse período, por exemplo, que surgiram as chamadas Ligas Camponesas (PORTO E SIQUEIRA, 1994).

Hoje, o termo “campesinato” é usado para identificar uma das formas específicas da agricultura familiar no Brasil. Essa agricultura familiar, entendida de maneira geral, conseguiu se adaptar ao contexto socioeconômico das sociedades modernas, mas não rompeu totalmente com suas tradições. Assim, o agricultor camponês ainda é visto como alguém com potencial para se ajustar às novas exigências do mercado e das tecnologias (WANDERLEY, 1996).

Já o termo “pequena produção” foi bastante usado na década de 1970, especialmente ligado à ideia de funcionalidade. Nessa época, durante o processo de modernização da agricultura, as propriedades menores geralmente com menos de 50 hectares eram vistas como fornecedoras de mão de obra, matéria-prima e alimentos baratos para sustentar o capital urbano-industrial.

Essa forma de caracterização acabou dificultando a percepção das diferenças entre os pequenos produtores, principalmente em aspectos como adoção de tecnologias, acesso a crédito e inserção no mercado, mesmo entre aqueles que exploravam áreas de até cinquenta hectares (PORTO E SIQUEIRA, 1994).

Desde os anos 1970, o debate sobre agricultura familiar no Brasil tem oscilado entre avanços e retrocessos, com diferentes visões sociais e econômicas questionando sua organização, estabilidade e capacidade de adaptação; contudo, na década de 1990, o avanço do capitalismo e a abertura de mercado geraram visões pessimistas que previam o fim desse modelo, considerando-o frágil diante das transformações estruturais, mas apesar dessas perspectivas, novas abordagens surgiram valorizando a agricultura familiar por sua importância socioeconômica (BAIARDI E ALENCAR, 2015).

Ao analisar a literatura sobre a definição conceitual da agricultura familiar, é possível identificar duas principais correntes de pensamento; a primeira entende a agricultura familiar moderna como uma categoria relativamente recente, surgida no contexto das profundas transformações vividas pelas sociedades capitalistas avançadas. Essa vertente, alinhada ao paradigma do capitalismo agrário, argumenta que não faz sentido buscar as origens históricas do conceito, como, por exemplo, sua relação com a agricultura camponesa, pois uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (ABRAMOVAY, 1992; ALTAFIN, 2007).

Por outro lado, a segunda corrente está vinculada ao paradigma da questão agrária. Ela defende que o conceito de agricultura familiar no Brasil está em constante evolução, possuindo raízes históricas profundas que ainda marcam sua trajetória. Para essa perspectiva, compreender essas raízes é essencial, pois muitos traços camponeses ainda estão presentes na agricultura familiar atual. Isso ocorre tanto porque os antigos problemas estruturais nunca foram totalmente resolvidos quanto porque, diante da modernização desigual brasileira, esse modelo de agricultura segue dependendo, na maioria dos casos, das próprias forças para se manter (WANDERLEY, 1999; CASTRO, 2024).

No campo dos debates sobre a questão agrária, autores como Lamarch (1993) e Wanderley (1996) defendem que não há distinção entre camponês e agricultor familiar. Para esses estudiosos, ambos são definidos pela gestão familiar do trabalho e pela posse dos meios de produção, sendo a própria família a responsável pela condução das atividades produtivas. Dentro desse modelo, as formas de exploração agrícola podem variar desde as mais autônomas e voltadas para a subsistência até aquelas completamente integradas ao mercado.

Em contrapartida, de acordo com Favareto (2007), o paradigma do capitalismo agrário, baseado nos estudos de Abramovay (1998) e Veiga (1991), estabelece uma diferenciação entre

os agricultores familiares modernos que seriam capazes de se adaptar às exigências do mercado e os “pequenos produtores” ou “camponeses”, que, nesse entendimento, teriam dificuldades de incorporar essas transformações. Essa diferenciação, observada em países de economia avançada, resultaria em parte da atuação do Estado. Favareto ainda ressalta que, nas pesquisas empíricas vinculadas a esse paradigma, ficou evidente que a agricultura familiar não representa apenas um entre diversos tipos de agricultura, mas sim que carrega em si toda essa diversidade.

Castro (2024), com base em Andrade (1989), argumenta que o campesinato brasileiro não deve ser interpretado nos moldes do campesinato feudal europeu. Em vez disso, trata-se de grupos de pessoas pobres que, desde o período colonial, ocuparam terras muitas vezes sem titularidade formal para cultivar alimentos voltados à sua própria subsistência. Esse processo se deu de forma lenta e contínua ao longo do tempo, envolvendo tanto terras não apropriadas quanto áreas ocupadas com o consentimento de proprietários.

Nesse contexto, Fernandes (2005) afirma que a distinção entre agricultor familiar e camponês existe apenas no plano teórico, variando conforme o paradigma adotado. Para ele, essas categorias representam formas diferentes de análise. Assim, decidir se são sujeitos distintos ou um mesmo sujeito em processo de transformação é, antes de tudo, uma escolha metodológica.

É importante destacar, como observa Wanderley (1995), que no Brasil existem diferentes tipos de agricultura familiar, que variam de acordo com as oportunidades disponíveis para os agricultores e com o modo como o Estado atua em cada região. Assim, surgem modelos com características próprias, influenciados pelas particularidades do desenvolvimento agrícola em cada parte do país. Por isso, não se deve assumir que o modelo baseado na grande propriedade patronal possa ser adotado em todo o território nacional, nem que toda agricultura familiar seja necessariamente precária e insuficiente, como acontece com parte dos produtores do Nordeste.

Atualmente, os estudos sobre a importância da agricultura familiar no Brasil têm encontrado nos assentamentos uma fonte valiosa de informações. Ainda que de forma contraditória, esses assentamentos oferecem evidências que mostram não apenas a relevância da agricultura familiar no contexto produtivo, mas também seu papel nas transformações estruturais do país (BERGAMASCO, 1998). O autor ainda destaca que a criação de assentamentos pode mudar as relações entre cidade e campo, pois os impactos locais e regionais

das grandes propriedades sejam produtivos ou não são muito menores do que os benefícios gerados pela agricultura familiar.

Um relatório de pesquisa da FAO, órgão da ONU, citado por essa autora, revelou que, já nos primeiros três meses de um projeto, metade dos assentados havia se integrado a um setor moderno e vinculado ao mercado. Por outro lado, apenas 15% ainda tinham dificuldades para romper com a lógica que os impedia de acessar recursos tecnológicos e econômicos. O restante dos assentados ficava em uma posição intermediária.

Diante disso, entende-se que a agricultura familiar no Brasil pode ser vista “como parte integrante da própria estrutura de acumulação capitalista, constituindo um processo interno de desenvolvimento e transformação estrutural (PORTO, 1988).

3.2 Agricultura familiar brasileira

Durante os últimos anos do século XX, o debate sobre a agricultura familiar ganhou destaque no Brasil, passando a orientar políticas públicas específicas, voltada para essa categoria de produtores, a qual incorporou, politicamente, um conjunto de atores antes conhecidos como: “pequeno produtor”, “produtor de baixa renda”, “colono” “camponês”, entre outros, todos trabalhadores rurais, com ou sem terra, até então ainda não atendidos por programas de Governo (WANDERLEY, 2014).

Assim, a expressão “agricultura familiar” passou a ser adotada como uma categoria-síntese, articulada pelos movimentos sociais, reunindo diversos segmentos do campo sob uma identidade política comum, fazendo ocorrer ações coletivas simbólicas e estratégicas, como o “Grito da Terra”, o qual consolidou-se como espaço de reivindicação de direitos e visibilidade para o conjunto dos trabalhadores rurais, tudo isso favorecido pelo momento político à época, de resgate da democracia no Brasil (SCHNEIDER 2003).

O estado brasileiro, dada a pressão exercida por esses movimentos sociais do campo, respondeu institucionalmente às demandas dos trabalhadores rurais, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado justamente como resposta, portanto, às reivindicações organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, desde o final da década de 1980, com o objetivo de oferecer crédito rural orientado, assistência técnica e outras formas de apoio direto aos agricultores familiares, os quais até então, estavam à margem das políticas públicas voltada para o campo (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2020).

De acordo com Mattei (2020), as políticas públicas passaram a utilizar o conceito de agricultura familiar como uma ferramenta estratégica dirigida aos integrantes do referido segmento socioprodutivo dos trabalhadores rurais, imediatamente após o período conhecido como “modernização forçada da agricultura” o qual elegeu a elite dos latifundiários, sob o signo da “nova”, “tecnológica”, “moderna” e “empresarial” agricultura exportadora.

A despeito desse fato histórico, cabe destacar que o acesso ao PRONAF se deu de forma diferenciada, já que grande parte dos agricultores familiares não contavam e ainda não contam, com condições técnicas ou estruturais exigíveis para dele se beneficiar na perspectiva de poderem se inserir na lógica da produção para o mercado, a ponto de, em diversas situações, por não contarem com a terra e outros meios de produção, um contingente considerável de agricultores pobres acabavam se submetendo à diversas formas de “parcerias” meação/arrendamento, em que o agricultor findava por perder sua autonomia sobre sua produção e obrigando-se a seguir regras e escolhas que não condiziam com seus próprios desejos, nem com suas práticas tradicionais (QUIJADA, CAVICHIOLI e SOARES, 2020; TORNNEAU, AQUINO e TEXEIRA).

Portanto, esse contexto em que a agricultura familiar se configurou como “categoria síntese”, revelou por outro lado, exclusões e conflitos no meio rural, promovido pelo modelo do capitalismo agrário que, segundo Fernandes (2023), entre outras coisas, enfraquece e visa eliminar um tipo de agricultor familiar: o camponês.

Partindo ainda do pensamento de Fernandes (2023), perante a vivência cotidiana com o sistema capitalista, a integração dos camponeses ao mercado não representa a melhor saída para eles, mas, pelo contrário, esse caminho tende a excluí-los, justamente porque os camponeses desejam se manter sem precisar se adaptar às exigências do mercado, mas sim em resistir e lutar por seus modos de vida.

O mercado assim, tem se mostrado muito mais como um espaço que ameaça e desestrutura o campesinato do que como um ambiente capaz de fortalecê-lo e, portanto, em diferentes níveis, camponeses, posseiros, rendeiros, assentados e pequenos proprietários já estão dentro desse sistema, mas isso não significa que estejam sendo beneficiados por ele (FERNANDES, 2023).

Sobre essa questão, Pereira (2023) considera que esse referido ator social quando é inserido na lógica do mercado capitalista acaba se tornando dependente de um sistema que ele não controla, seja em relação aos preços, às regras sobre a forma de produção, não deixando

espaço para sua autonomia e assim, é comum ver pequenos agricultores firmando parcerias com grandes empresas na esperança de melhorar sua situação econômica, reforçando um ciclo de dependência, no qual quase sempre fica em desvantagem.

Embora muitas vezes sejam usadas como sinônimos, agricultura camponesa e agricultura familiar moderna possuem diferenças importantes. Segundo Boas (2022), toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar pode ser considerada camponesa, já que esta última costuma preservar práticas mais tradicionais, enquanto a agricultura familiar moderna tende a ser mais voltada ao mercado.

A agricultura familiar moderna se destaca por adotar tecnologias e inovações que vão além da simples subsistência. Com o uso de insumos adequados, maquinário moderno e organização produtiva mais eficiente, essa modalidade agrega valor aos alimentos, fortalece a sustentabilidade e amplia sua presença em mercados específicos, como os de produtos orgânicos, in natura e com indicação geográfica (BITTENCOURT, 2020).

Já a agricultura camponesa, conforme mencionado por Saquet (2014) com base em Karl Marx, tem como características principais o trabalho direto da família na terra, a produção em pequena escala e voltada principalmente ao autoconsumo. No entanto, também possui um aspecto comercial: os camponeses costumam vender seus excedentes para adquirir produtos que não produzem em suas propriedades, além de outros itens essenciais à vida da família (CHAYANOV, 1974; 2014).

Wanderley (2014) reforça que, apesar das mudanças causadas pela modernização da agricultura e pelas políticas de desenvolvimento rural, os camponeses continuam exercendo um papel importante na sociedade brasileira, não só produzindo alimentos, mas também mantendo práticas culturais e sociais que fortalecem sua identidade e conexão com a terra.

Para Gaspareto et al., (2016), a característica de luta pela terra e por reforma agrária é o principal elemento identitário do camponês que indica continuidade e não fim.

Nesse contexto é importante a ênfase ao sistema fundo de pasto como uma manifestação real da resistência camponesa e da preservação das práticas tradicionais no meio rural. Com forte presença no semiárido nordestino, esse modelo vai além de uma simples alternativa econômica; expressa um modo de vida que valoriza a convivência comunitária, o cuidado com a terra e a permanência das famílias camponesas em seus territórios de origem (EHLE, 1997).

3.3 Fundo de pasto

3.3.1 Conceito

Segundo Santos et al. (2023), o conceito de Fundo de Pasto está relacionado a um sistema produtivo próprio, moldado pelas condições do clima e do solo (edafoclimáticas) do Semiárido, bem como pelas características do bioma Caatinga, especialmente nas regiões norte e oeste da Bahia. Esse sistema se baseia no uso coletivo da terra para atividades agrossilvipastoris (agricultura, pecuária e uso de recursos florestais), sendo praticado por grupos com fortes laços de parentesco e compadrio.

Ferreira et al (2023) em seu trabalho da alusão ao pensamento de Garcês (1987) ao afirmar que a origem do fundo de pasto vem da África, se ligando a uma figura jurídica conhecida de "compascuo", que, no Direito brasileiro, representa o conceito de pasto comum, ou seja, um espaço onde o gado é criado coletivamente, sendo adotada por diversas comunidades rurais no interior do Nordeste baiano.

Registra-se aqui que, por cerca de uma década, contando desde o pensamento elaborado por Garcês (1987), não houve qualquer iniciativa para atualizar ou aprofundar o conceito dos Fundos de Pasto. Esse silêncio documental é, em grande parte, resultado das transformações no cenário político da época e da escassez de recursos financeiros destinados a esse tipo de pesquisa e produção técnica (ALCANTARA; GERMANI, 2009)

Foi justamente nesse contexto de tensão, marcado pelos conflitos entre as comunidades de Fundo de Pasto e as pressões do modelo capitalista, que um novo conceito começou a tomar forma.

Proposto por Ehler (1997), tal cenário veio para fortalecer e ampliar a definição anteriormente apresentada por Garcês (1987), se consubstanciando:

[...] uma forma tipicamente nordestina de administrar o semi-árido. Grupos, interligados por laços de sangue ou de compadrio, formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga.[...]. As áreas de pasto não são cercadas, deixando os animais livres para buscar comida e água a distâncias relativamente grandes. As áreas de pasto são coletivas. Todos as usam, mas ninguém pode se apropriar destas áreas das fontes de água, cada família mantém seus próprios animais marcados por cortes de orelha, e todos zelam pelo desenvolvimento do rebanho, pelas aguadas e instalações comuns. (EHLE, 1997, 11.)

O autor conclui reconhecendo o Fundo de Pasto como uma forma específica de gestão do semiárido, atribuindo a esse modo de vida um território real, com limites geográficos claramente definidos.

O tratamento dado à forma de gestão coletiva de recursos também é encontrado em Sabourin e Caron (2009), os quais localizam mais especificamente ao norte da Bahia os Fundo de Pasto e que esse sistema sempre esteve tradicionalmente ligado à pecuária extensiva através do pastoreio da vegetação natural da caatinga, tendo sido usado durante séculos, sustentando as comunidades locais. No entanto, mais recentemente, vem se tornando cada vez mais raro no sertão nordestino, principalmente devido à crescente apropriação e cercamento individual dessas terras.

Nesse ínterim, cabe refletir se essas comunidades de camponeses não estariam sendo transformadas, conforme os pensadores que defendem esse inevitável fim, em função do avanço do capitalismo no campo, conforme discutido nos capítulos anteriores.

3.3.2 Como surgiu?

O surgimento das comunidades de fundo de pasto no semiárido brasileiro, principalmente no estado da Bahia, está profundamente relacionado aos processos históricos de ocupação e utilização da terra que remontam ao período colonial. Naquela época, durante o regime das sesmarias, grandes extensões de terra foram entregues a famílias influentes, como as tradicionais Casas da Torre e da Ponte de acordo com relatos de Antonil (1976).

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentos e sessenta léguas pelo rio São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendam sítios delas pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro (ANTONIL, 1976, p. 200).

A partir da segunda metade do século XVII, essas duas famílias fortaleceram seu domínio territorial graças ao sistema de concessão de terras conhecido como regime de sesmarias. Um registro feito por André João Antonil, em 1711, evidencia a imensa dimensão dessas propriedades, que atualmente corresponderiam a diversos municípios localizados no semiárido da Bahia (MARQUES, 2016).

Com o passar dos anos, essas extensas terras começaram a ser abandonadas ou divididas, principalmente após a crise da produção de cana-de-açúcar e a consequente perda de poder das grandes famílias proprietárias no século XIX. Esse declínio ocorreu devido a decadência dos engenhos, o que provocou um esvaziamento gradual da economia no sertão, como apontam Ferraro e Bursztyn (2010).

Diante desse novo cenário, vaqueiros e trabalhadores rurais passaram a ocupar essas áreas, criando formas de uso coletivo baseadas em vínculos de parentesco e relações de compadrio. Assim, essas comunidades passaram a utilizar as terras abertas da Caatinga para o pastoreio comunitário de animais, prática que acabou dando origem ao termo "Fundo de Pasto" (MARQUES, 2016).

A ocupação coletiva dessas terras acabou consolidando modos tradicionais de uso, que, com o passar dos anos, deram origem a identidades territoriais próprias. Essas identidades são fortemente marcadas por laços de solidariedade, resistência e um profundo sentimento de pertencimento ao território. No entanto, com o avanço da grilagem de terras e a expansão do agronegócio, especialmente a partir da década de 1970, essas comunidades foram obrigadas a lutar pelo reconhecimento e pela proteção jurídica de seu modo de vida e da posse coletiva da terra. Nesse processo, o termo "Fundo de Pasto" passou a representar muito mais do que um sistema de criação de animais, tornando-se um verdadeiro símbolo de resistência e organização sociopolítica no semiárido da Bahia.

3.3.3 Características

De acordo com Ferreira et al (2023), as explorações dos Fundos de Pasto são moldadas pelas condições do solo, do clima do Semiárido e pelas particularidades do bioma Caatinga, tanto para o cultivo quanto para o pastoreio durante os períodos de seca mais intensa, quando as chuvas se tornam escassas, quando essas áreas mantidas em pousio, ou em descanso, como uma forma de preservar os recursos naturais e garantir a continuidade das atividades agrícolas na comunidade. Essa lógica de exploração, portanto, indica uma perspectiva de uso sustentável das terras utilizadas.

. Esse modelo de produção, é sustentado por fortes laços de parentesco e compadrio entre os moradores. (SANTOS R., et al., 2023), numa das principais marcas das comunidades de Fundo de Pasto é relativo a mecanismos institucionais de acessibilidade e utilização das terras e pastagens nativas, desenvolvidas através de combinações discursivas e habituais de regras de uso e de hospitalidade. Essas regras ganham ainda mais força em momentos de dificuldade imposta a um grupo, gerenciando princípios de utilidade vital e organização sócio-cultural compartilhada (MARQUES, 2016).

A expressão "utilidade vital", mencionada anteriormente, deixa claro que o uso da terra pelas comunidades de Fundo de Pasto não segue uma lógica de lucro ou de acúmulo de riqueza e sim a necessidade de assegurar a sobrevivência e a continuidade da vida das famílias que ali vivem. Em um ambiente frequentemente desafiador, marcado por longos períodos de seca e constantes ameaças externas ao território, esse modo de vida reflete um exemplo real de governança comunitária ajustada às condições do semiárido, evidenciando autonomia, resiliência e adaptação dos camponeses, na persecução da agricultura com sustentabilidade, como sustenta Diamantino (2007).

Destaca-se nesse contexto que há na literatura, outra noção: "fecho de pasto" como outro exemplo de comunidades que se organizam, como utilizam a terra e como acessam os recursos naturais disponíveis.

Embora ambas sejam formas tradicionais de uso coletivo da terra por comunidades camponesas e compartilhem práticas semelhantes, existem diferenças importantes entre elas, sobretudo em relação ao ambiente onde se localizam, uma vez que os "fechos de pasto", de modo geral, se situam em regiões com maior volume de chuvas e menos irregularidade climática. A disponibilidade de água é mais constante no cotidiano dessas comunidades, o que influencia diretamente na forma como elas se relacionam com a natureza (FERREIRA et al, 2023).

Nas áreas de fecho de pasto, localizados principalmente no bioma cerrado, os espaços coletivos costumam ser cercados e ficam próximos a rios, lagoas e outras fontes de água, chamadas de "refrigérios", o que garante uma pastagem mais verde e abundante para os animais, que são criados de forma coletiva (SANTOS, 2011).

Os fundos de pasto, por sua vez, estão inseridos majoritariamente em regiões semiáridas, onde predomina a caatinga como fonte de alimentação animal ao longo de todo o ano. Nessas áreas, os animais pastam livremente em extensas áreas de uso comum, aproveitando os recursos forrageiros nativos adaptados ao clima mais rigoroso (MARQUES, 2016).

3.4 Dados sobre as comunidades fundo de pasto no estado da Bahia

No estado da Bahia, os Fundos e Fechos de Pasto correspondem a vastas áreas de Caatinga ocupadas por 892 comunidades tradicionais e mais de 20 mil famílias. Nessas regiões, a principal atividade econômica é a criação comunitária de cabras e ovelhas

(caprinovinocultura), em um sistema de pastoreio coletivo. Atualmente, ainda existem esforços por parte de alguns órgãos para garantir o reconhecimento oficial dessas comunidades por meio de certificações (FERREIRA *et al.*, 2023).

O primeiro esforço para definir a organização específica dessas comunidades foi feito em 1982 por uma equipe da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC). A iniciativa tinha como objetivo identificar e caracterizar social e economicamente as áreas de pastagem de uso coletivo, além de buscar alternativas jurídicas para a regularização fundiária dessas terras. A intenção era preservar os territórios e minimizar conflitos sociais nas regiões onde os Fundos e Fechos de Pasto se desenvolvem (MARQUES, 2016; ALCÂNTARA e GERMANI, 2009).

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) também atua nesse processo, buscando certificar oficialmente essas comunidades. A certificação fortalece a luta pelos direitos territoriais e contribui para a preservação dos modos de vida tradicionais no estado da Bahia (CARVALHO e SANTOS, 2019). Além disso, a oficialização das comunidades tradicionais facilita o acesso a políticas públicas e permite o desenvolvimento de ações mais estruturadas e eficazes (SANTOS e TROILO, 2020).

Como já mencionado, é comum confundir os termos “fundo de pasto” e “fecho de pasto”. Muitas pessoas utilizam essas expressões de forma equivocada, sem considerar suas particularidades. Segundo Marques (2016), os fundos de pasto são típicos de regiões semiáridas, onde a oferta de alimento para os animais é limitada devido à baixa quantidade de chuvas. Nessas áreas, predomina a criação de caprinos, que são mais resistentes à seca em comparação com animais de grande porte, como os bovinos.

Por outro lado, os fechos de pasto estão localizados em regiões com maior índice de chuvas e vegetação mais densa, o que permite a criação de animais maiores, conforme também apontado por Marques.

Os dados apresentados na tabela abaixo foram extraídos de uma base mais ampla elaborada pela SEPROMI (2020). Eles mostram a quantidade de comunidades que se autodeclararam como fundo ou fecho de pasto em diferentes municípios do estado da Bahia.

Tabela 1. Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto Certificadas pela SEPROMI.

Ordem	Município	Nº de comunidades	Segmento	Território
1	Campo Alegre de Lourdes	49	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
2	Casa Nova	43	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
3	Canudos	36	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
4	Cordeiro	8	Fecho de Pasto	Sudoeste Baiano
5	Coribe	2	Fecho de Pasto	Bacia do Rio Corrente
6	Correntina	26	Fecho de Pasto	Bacia do Rio Corrente
7	Curaça	68	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
8	Euclides da Cunha	1	Fundo de Pasto	Semiárido Nordeste II
9	Gentio do Ouro	1	Fundo de Pasto	Irecê
10	Juazeiro	49	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
11	Pilão Arcado	97	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
12	Remanso	24	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
13	Sento Sé	23	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
14	Sobradinho	10	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco
15	Uauá	68	Fundo de Pasto	Sertão do São Francisco

Fonte: O autor, com base em estudos da SEPROMI (2020). acesso: [Microsoft Word - RelatórioFinal_MapeamentoFFP_VersãoFinal.docx](#)

A tabela apresenta apenas os municípios com os maiores e menores números de comunidades de fundo de pasto e de outras modalidades, como o fecho de pasto. Essa seleção foi feita porque a tabela original é extensa e traria um volume excessivo de informações.

De acordo com os dados apresentados na tabela, é possível observar que há uma predominância de comunidades tradicionais de fundo de pasto em relação às de fecho de pasto. A região do Sertão do São Francisco concentra a maior parte dessas comunidades, com cerca de 467 já certificadas, além de outras em processo de certificação (SEPROMI, 2020).

Analisando a tabela completa, elaborada a partir de estudos da SEPROMI, percebe-se que as comunidades de fecho de pasto estão em menor número. Elas se concentram principalmente no Sudoeste Baiano e na Bacia do Rio Corrente. Segundo o Governo do Estado da Bahia, a regularização das terras coletivas – especialmente no caso dos fechos de pasto – enfrenta diversos obstáculos legais e burocráticos, o que dificulta a formalização e o reconhecimento oficial dessas comunidades.

No que diz respeito ao segmento de fundo de pasto, que é o foco principal deste trabalho, o município de Pilão Arcado se destaca como o que possui o maior número de comunidades, com cerca de 97. Em seguida, aparecem Uauá e Curaçá, cada um com 68 comunidades. Em contrapartida, municípios como Euclides da Cunha e Gentio do Ouro apresentam os menores números de comunidades de fundo de pasto.

Em Canudos, um levantamento feito pelo Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC) em parceria com o IRPAA revelou que, em julho de 2021, 17 comunidades tradicionais de fundo de pasto receberam o Certificado de Auto-Reconhecimento do Governo da Bahia. Entre elas estão localidades como Rosário, Alto Redondo, Cambaio e Barreiras (IPMC/IRPAA, 2021). Estima-se que essas comunidades abrigam, juntas, cerca de 600 famílias (HERCOG, 2023).

O município de Juazeiro-BA também apresenta um número expressivo de comunidades de fundo de pasto, assim como Campo Alegre de Lourdes. Entre 2021 e 2025, houve um fortalecimento da organização coletiva e uma crescente mobilização, o que contribuiu para a ampliação da rede de comunidades atuantes e reconhecidas oficialmente nesses municípios (SANTOS et al, 2025).

Segundo dados do Pró-semiárido e da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-BA), a partir de 2021 o Estado deu início à regularização fundiária de 14 comunidades, incluindo áreas situadas no território de Juazeiro. No total, mais de 1.240 famílias de comunidades tradicionais foram beneficiadas. Esse processo impulsionou o reconhecimento formal e deu maior visibilidade institucional a esses grupos, marcando um avanço importante após anos de invisibilidade fundiária (SDR-BA, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da agricultura familiar no Brasil, especialmente no semiárido baiano, é marcada por relações sociais, políticas e econômicas complexas, que vão além da simples produção de alimentos. Esta monografia mostrou que a agricultura familiar tanto em suas formas modernas quanto camponesas é um espaço de disputa simbólica e política, atravessado por contradições históricas e por lutas por terra, reconhecimento e dignidade.

Desde os anos 1990, o conceito de agricultura familiar ganhou força como categoria política, sendo adotado por movimentos sociais e por políticas públicas como o PRONAF. Apesar disso, muitos agricultores ainda enfrentam grandes dificuldades, como o acesso desigual à terra, à assistência técnica e a recursos produtivos. A integração ao mercado capitalista, quando imposta ou excludente, tende a aumentar essas desigualdades e enfraquecer a autonomia dos agricultores.

O trabalho também destacou formas de resistência, como o sistema de Fundo de Pasto, que representa não só uma adaptação ao semiárido, mas uma forma coletiva de vida, baseada na solidariedade, no uso comunitário dos recursos naturais e na luta por direitos territoriais. Essas comunidades camponesas preservam saberes tradicionais e modos próprios de viver que desafiam o modelo dominante de desenvolvimento rural.

A análise das comunidades de fundo de pasto no Vale do São Francisco, em municípios como Pilão Arcado, Uauá e Juazeiro, mostrou o fortalecimento da organização coletiva e o reconhecimento oficial dessas práticas. Mesmo diante de pressões como a grilagem de terras e o avanço do agronegócio, essas comunidades seguem resistindo e afirmando seus modos próprios de existir.

Em resumo, a agricultura familiar sobretudo a de base camponesa não é um resquício do passado, mas um campo de disputas entre diferentes visões de mundo. Práticas como o fundo de pasto demonstram que há alternativas viáveis e sustentáveis de vida no campo. Valorizar essas experiências é essencial para construir um modelo de desenvolvimento rural mais justo, plural e adaptado às realidades regionais.

5. REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. Fundo de Pasto: um conceito em movimento. **ANAIS do VIII Encontro Nacional da ANPEGE**. 2009.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: **Hucitec**. P. 275, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. Campinas: **Hucitec**, 1998;
- ANTONIL, A. J. Cultura e opulência do Brasil. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: **INL**, 1976.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais: São Paulo: Brasiliense, 1º reimpressão, 1998.
- BOSETTI, J. B.; O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. *Revista IDEAS*, V. 5, N. 2, P. 08-32, 2012.
- BOAS, L. G. V.; Diferenças e semelhanças entre agricultura familiar e a agricultura camponesa. **Geografia Em Questão**. V. 15, N. 1, P. 28-73, 2022.
- BITTENCOURT, D. M. C.; Estratégias para a Agricultura Familiar: Visão de futuro rumo à inovação. **EMBRAPA**. 2020.
- CARVALHO, V. S.; SANTOS, M. C. S. Comunidades de Fundo de Pasto no Sertão do São Francisco- BA: os desafios para permanência e uso sustentável das terras tradicionalmente ocupadas. **19º Congresso Brasileiro de Sociologia - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Florianópolis, SC**. 2019.
- CARVALHO, H. M.; (Org.). Chayanov e o Campesinato. São Paulo: Expressão Popular. p. 99-137, 2014.
- CASTRO, C. N. D. Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe: institucionalidade, características e desafios, 2024.
- CHNEIDER, S;. Teoria social, agricultura, família e pluriatividade; **RBCS** Vol. 18 nº. 51, 2003.
- CHAYANOV, Alexander. La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In:
- DELGADO, G. C.; Capital financeira e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo: UNICAMP, P. 240, 1985.

DIAMANTINO, P. T. “Desde o raiar da aurora o sertão tonteia”: caminhos e descaminhos da trajetória sócio-jurídica das comunidades de Fundos de Pasto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. 2007. 143f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

EHLE, P.; Canudos, Fundo de Pasto no Semi-árido. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso. Fonte Viva. 1997.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FERNANDES, Bernardo. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005

FERNANDES, B. M.; “A questão agrária no limiar do século xxi”. En Espaço e Geografia, V.4, P. 7-2, 2001

FERNANDES, B. M.; Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, 2003.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH**, v. 23, p. 385-400, 2010.

FERREIRA, M. H. S. *et al.* Os fundos de pasto enquanto Sistema Territorial Agroecológico (SiTA): caracterização preliminar e entrelaçamentos. In: **Agroecologia: Produção e Sustentabilidade em Pesquisa**. V. 3, p. 336-362, 2023.

GARCEZ, A. N. R.; Fundo de Pasto: um projeto de vida sertanejo. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, Salvador; P. 109., 1987.

GARCIA, C. A.; A questão agrária: base teórica para os programas de desenvolvimento rural. **Programa de treinamento rural**, SUDENE/PNUD/BIRD, Fortaleza. P.31, 1987.

GRAZIANO. N. F.; Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania. São Paulo, **Geração editorial**. P. 115, 1996.

HERCOG, B.; Empreendimento eólico ameaça comunidades tradicionais em Canudos (BA). **Brasil de Fato**. [Empreendimento eólico ameaça comunidades tradicionais em Canudos \(BA\) - Brasil de Fato](#). 2023.

IPMC/IRPAA.; 17 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto de Canudos recebem o Certificado de Auto Reconhecimento como Comunidades Tradicionais. **Canudos acontece.com**; [17 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto de Canudos recebem o Certificado de Auto Reconhecimento como Comunidades Tradicionais..](#) 2021.

JEAN, B.; Forma social da agricultura familiar contemporânea. Cadernos de Sociologia. UFRGS. V. 6, P. 51-73, 1994.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp.V.1, 1993.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Lua Nova. CEDEC/Marco Zero, P.7-37, Nº 23, 1991.

MARQUES, Leônidas de Santana. As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no semiárido brasileiro. **Sociedade & Natureza**, v. 28, p. 347-359, 2016.

Müller, G.; Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. *Estudos Avançados*, 3, P. 109-136, 1989.

PEREIRA, A. W. V.; AGRICULTURA FAMILIAR OU CAMPONESA? REFLEXÕES E TENSÕES A RESPEITO DOS CONCEITOS. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 25, n. 1, p. 175-188, 2023.

PORTO, M. S. G.; Considerações técnicas sobre a análise marxista da pequena produção. Nordeste Rural. Recife. P. 119-141, 1988.

PORTO, M. S. G.; A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**: produção familiar, processos/conflitos agrários, Porto Alegre: PPGS/UFRGS. V. 6, P. 76-88, 1994.

PORTO, M. S. G e SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**: produção familiar, processos/conflitos agrários, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, V.6, P. 7-88, 1994.

Quijada, D. W., Cavichioli, F. A., & Soares, N. M. (2020). Influência das políticas públicas na agricultura familiar. *Revista Interface Tecnológica*, 17(1), 340-351.

RAMOS, D. A.; Agricultura Camponesa e Desenvolvimento Rural no Povoado Varjota, Município de Formosa da Serra Negra-Maranhão. Monografia (Graduação)- Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, 2022.

RICHARD, G. et al.; A new analytical framework of farming system and agriculture model diversities. A review. *Agron. Sustain. Dev*, 2017. DOI 10.1007/s13593-017-0429-7.

SANTOS, L. A. S.; TROILO, G. Reconhecimento e certificação dos territórios das comunidades tradicionais de fundo de pasto: um estudo de caso a partir das comunidades Monte Alegre e Paredão do Lou, Monte Santo, Bahia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SANTOS, R. R. O; SANTOS, M. H. L. C; SANTOS, C. A. B. Producción de la existencia de comunidades de fundo de pasto y sus relaciones con caatinga. **Revasf**. vol. 13, n.32, p. A03 01-31, 2023.

SANTOS, C. J. Fundo de pasto-tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP**. 2011.

SABOURIN, E.; CARON, P.; Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. V.2, P. 89-115, 2009.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, A.A; MATTEI, L;. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar; **Rev. Grifos**; Vol. 30, Núm. 51, P. 21-49, 2020. SAQUET, M. A.; Agricultura camponesa e práticas (agro) ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 2, p. 125-143, 2014.

Tonneau, J. P., De Aquino, J. R., & Teixeira, O. A. (2005). Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de ciência & tecnologia*, 67-82.

VEIGA, J. E.; Fundamentos do agro-reformismo.in: Lua nova. CEDEC/Marco zero, P. 37-65, Nº, 23, 1991.

WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. Caxambu: **XX Encontro Anual da AMPOCS**, GT17- Processos sociais agrários. P. 1-32, 1996.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Campinas, P.43, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B;. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência; Vol. 52, P. S025-S044, 2014.

